

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

A assembléia conjunta
de professores e
funcionários

*
A solidariedade aos
demitidos da PUC-SP

Reunido na quarta-feira, 22/2, o Conselho Universitário decidiu pela revogação de todas as demissões de professores e funcionários efetuadas pela Fundação São Paulo, e que não contaram com a participação das direções de faculdades e chefias departamentais. Mas o suplente Renato Ruas de Almeida, que teve sua proposta vencida na sessão de 22/2, entrou com pedido para que a decisão fosse reconsiderada. Com isso, a Reitora convocou uma nova reunião do conselho, que aconteceu na manhã de sexta-feira, 24/2.

Nessa sessão extraordinária, o professor Dirceu de Mello acabou pedindo vistas do processo, o que adia por mais algum tempo a decisão final do Consun.

A votação que revogou as demissões, na sessão de quarta, foi precedida por uma profunda e tensa discussão, numa reunião que durou mais de seis horas. Ao abrir a discussão, a reitora Maura Vêras fez novamente uma exposição sobre os desdobramentos que a crise provocada pelas demissões vem causando à universidade. Ao final de sua fala, a reitora disse que sua prioridade seria garantir a autonomia didática, acadêmica e científica da universidade, e que “esta Reitoria tem que se rever, tanto em sua proposta como em sua composição”.

Manifestações de repúdio

A maioria dos conselheiros repudiou as medidas tomadas pela Fundação São Paulo, seja pela truculência com que foram tomadas, seja pela sua

Consun revoga demissões

Mas pedido de conselheiro deixa decisão em suspenso

ilegalidade face aos estatutos da universidade e da própria Fundação. Vários conselheiros relataram os estragos que as demissões causaram em seus setores.

Logo de início, o plenário pediu uma inversão de pauta, pois alguns itens menos importantes do que os últimos acontecimentos haviam sido colocados na ordem do dia. Feita a alteração, a professora Salma Tannus Muchail propôs que o Consun solicitasse um pronunciamento explícito da Fundação São Paulo explicando a situação das universidades.

A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, também leu a moção da assembléia conjunta de professores e funcionários e colocou que, além de todos os pronunciamentos feitos naquela sessão, o Consun deveria tomar medidas efetivas para impedir a demissão dos docentes e funcionários.

Revogação

Mas foi a proposta do professor Dirceu de Mello que provocou maior polêmica entre os conselheiros. O professor mostrou a sua estranheza sobre o desconhecimento da lista de demis-

sões pela reitora Maura Vêras, pois suas declarações não coincidiam com a fala do assessor de comunicação da Cúria, publicadas pela *Folha de S.Paulo*. A reitora negou enfaticamente a versão do assessor, mantendo a posição de desconhecimento da lista de demissões. Dirceu propôs então que o Consun revogasse as demissões de professores e funcionários feitas pela Fundação, tendo por base os estatutos da universidade e da Funda-

ção São Paulo, e impedisse a Divisão de Recursos Humanos de proceder novas homologações.

A professora Madalena Peixoto apresentou uma segunda proposta, que mudava o texto para “o Consun determina a revogação das demissões” e excluía a menção aos estatutos da Fundação São Paulo. Já o professor Renato Ruas, suplente do professor Carlos Eduardo de Carvalho, apresentou uma terceira proposta, que dizia somente que “as demissões devem ser revogadas”.

Ao final de algumas horas de debate, a votação apresentou a vitória apertada da proposta do professor Dirceu, com oito votos, contra seis da proposta defendida pela professora Madalena e quatro do professor Renato Ruas. O resultado apertado provocou um início de tumulto, quando o conselheiro Eric Calderoni exigiu que fosse feito um segundo turno, o que foi caracterizado por alguns conselheiros como golpe, pois a união dos que haviam feito as propostas perdedoras poderia derrotar aquela que obtivera maioria. A reitora, seguindo a opinião da maioria dos conselheiros, manteve o resultado. Veja nas páginas seguintes os desdobramentos da decisão.

Faces da crise política

A intervenção da Fundação no governo da PUC, o completo esvaziamento dos poderes administrativos da reitora e as demissões em massa levaram a uma crise política sem precedentes nesta universidade. A eleição que deu mandato à professora Maura Vêras foi violada. O Conselho Universitário, igualmente eleito, foi destituído de sentido. A Fundação descoheceu os estatutos da PUC. Dom Cláudio Hummes nomeou dois representantes para a secretaria executiva da Fundação, passando por cima do seu próprio estatuto, de forma a tornar a reitora uma figura decorativa. As demissões foram feitas à revelia dos organismos da universidade.

A figura do patrão aflorou. A PUC é uma propriedade que tem um dono: isso é tudo. Como questionar a legitimidade da intervenção, se afinal vivemos no regime econômico da propriedade privada? Esse é o fundo da crise política.

Os defensores das demissões, como o professor Luiz Felipe Pondé, em seu artigo na *Folha de S. Paulo*, são claros: a Igreja é “dona da instituição, com direito sobre ela”. Segundo seu pensamento, nós afundamos a universidade e o dono vem para salvar sua propriedade. Esse raciocínio reaparece na entrevista do professor Fernando José Almeida, em entrevista ao *Estado de S. Paulo*: “além disso, a Igreja tem direito”. Na mesma entrevista, Mário Sérgio Cortella, que se declara contra a intervenção, responde à pergunta sobre a sua legitimidade: “A Arquidiocese de São Paulo é a proprietária da PUC”.

Por que tanta insistência nessa questão? Porque nela se concentra toda a crise política. O dono retira a gestão concedida à reitora e ao Consun frente ao fato de que “não foi feita a lição de casa”. A Fundação poderia, inclusive, destituir a reitora, o que ampliaria enormemente a crise política. Mas não foi preciso, uma vez que a reitora não contestou o direito do proprietário de intervir: limitou-se a esclarecer que não participou da confecção das novas listas e a reclamar da falta de critério acadêmico.

A vigência do poder real e a manutenção do poder formal certamente obscurecem em parte a extensão da crise. A discussão no Consun reflete também tal formalidade. Encontra-se suspenso no ar. Suas duas reuniões refletiram o impasse. Como garantir a soberania de suas decisões se o direito do proprietário sobrepõe-se às atribuições dos órgãos internos? Essa questão determinou a divergência em torno da resolução apresentada pelo conselheiro Dirceu de Mello sobre a revogação das demissões.

O Consun é um gestor dessa propriedade e não pode ser mais do que isso, segundo os fundamentos do dono. A crise põe a nu a seguinte situação: a democracia

alcançada vale enquanto forma para gerir a propriedade da Igreja.

O desequilíbrio financeiro, antecedido por um período de atrasos salariais, levou a Fundação a realizar um refinanciamento da dívida, com anuência da Reitoria, concentrando-a nas mãos de dois bancos, e a acordar um plano de saneamento baseado inicialmente nas demissões. Acreditou-se que as demissões poderiam ser feitas por um pacto interno, sem que a Fundação tivesse ingerência. A Fundação aceitou esse percurso inicial, mas desde que as demissões atingissem a meta. Um pacto de corte na própria carne era o melhor método, provavelmente a crise política seria menos contundente. Em síntese, a Fundação admitiu a soberania do estatuto interno e dos organismos da universidade, até o momento em que os números se mostraram insuficientes.

Não por acaso, os mais proeminentes defensores das demissões pactuadas ficaram irados com a resistência da APROPUC em colaborar com tal “democracia”. Para nós, o problema continua o mesmo, agravado pela intervenção. Sem a mobilização unitária dos três setores, não há como combater as demissões. E se não se coloca a via do ensino público, conflitante com o direito de propriedade expresso pela Fundação, não há como rejeitar a via das demissões e destruição do contrato de trabalho. Sabemos que, logo em seguida, virá a liquidação do contrato interno; a “maximização” foi um primeiro passo. A Fundação baixou uma norma para as novas contratações, rebaixando o valor do salário, medida esta típica da flexibilização.

A Fundação não vai se limitar a equilibrar as finanças da universidade. Aproveitou a crise financeira e as contradições internas para abrir um processo de rigorosa mercantilização. As formalidades democráticas já foram pisoteadas. É preciso lutar pela real autonomia e democracia universitárias. E essa está indissolavelmente ligada à defesa da estatização. Essa é uma face da crise que permanece obscurecida.

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.

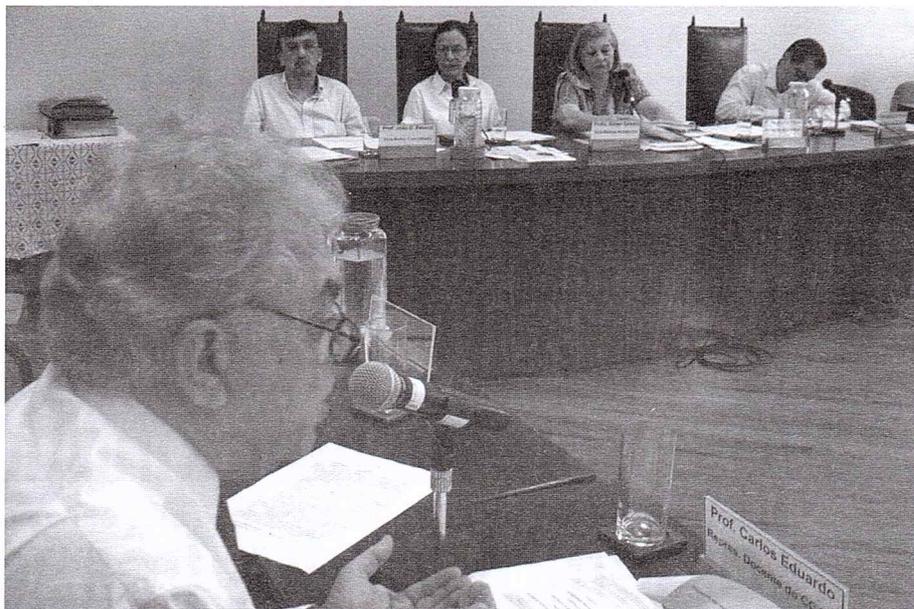
PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Pedro Nogueira, Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCViva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Conselheiro questiona resultado da votação

Vinte e quatro horas após a aprovação da revogação das demissões, os membros do Conselho Universitário foram surpreendidos com a convocação de uma nova reunião extraordinária, para deliberar sobre um recurso impetrado pelo professor Renato Ruas. O professor questionava, em primeiro lugar, a própria votação, que, para ele, deveria ter o respaldo de uma maioria simples, e também a legalidade da decisão que, para Ruas, não respeitava os estatutos da PUC-SP e da Fundação São Paulo.

O professor Dirceu de Mello questionou a regularidade da convocação extraordinária, principalmente porque a decisão ainda não havia sido divulgada. O docente criticou o professor Ruas, alegando que seu pedido carecia de le-



JULIA CHEQUER

O professor Renato Ruas contesta a decisão do Consun

gitimidade, porque atacava uma decisão emanada do próprio conselho que integrava. Assim, Dirceu de Mello pediu vistas do processo, adiando a decisão para uma

nova sessão do conselho, a ser marcada para os próximos dias. Com o pedido, o resultado da votação fica suspenso até uma nova manifestação do conselho.

Pronunciamento do Conselho Universitário da PUC-SP

O Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – CONSUN, em sua sessão ordinária do dia 22 de fevereiro último, presidida pela Magnífica Reitora, **decidiu repudiar as demissões de professores e funcionários promovidas unilateralmente pela Fundação São Paulo**, mantenedora da Universidade.

O ato do CONSUN está embasado nas seguintes considerações:

- As demissões, da maneira como foram feitas, feriram a autonomia da Universidade;

- A condução do processo de demissões desrespeitou a tradição e a cultura democrática da Universidade. A PUC-SP tem sua história marcada por ideais democráticos, estando seu funcionamento e suas relações internas, assim como a própria relação com a Fundação São Paulo, constituídas

com base nestes ideais;

- Houve desrespeito aos objetivos estabelecidos no Estatuto da Universidade e às regras para a dispensa de professores. Além disso, foram cometidos, inclusive, em alguns casos, equívocos do ponto de vista da legislação trabalhista;

- Com as demissões, a Fundação São Paulo desestruturou setores e os quadros docentes e de funcionários;

- Faltou transparência no processo, na medida em que não foram tornados públicos os critérios, sugerindo autoritarismo nas ações da Fundação São Paulo;

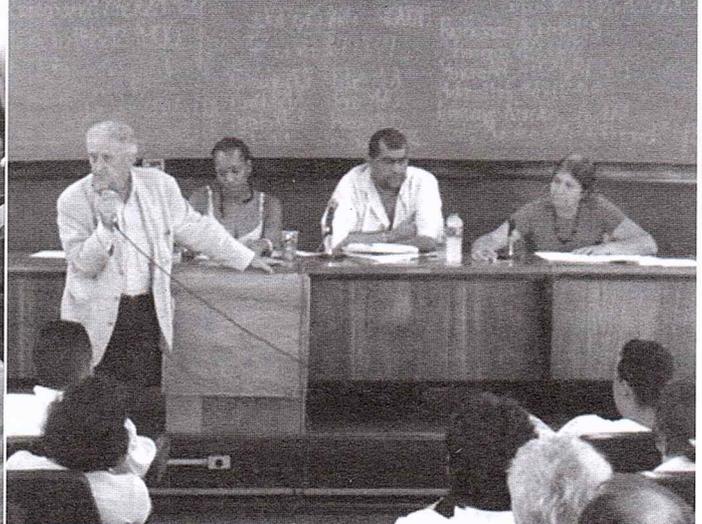
- Produziu-se um clima de insegurança e intranquilidade, que coloca em risco o ensino que, nesta instituição, sempre foi de excelência.

O CONSUN, a Reitoria e as várias unidades da Universidade receberam manifestações de solidari-

idade de personalidades reconhecidas na sociedade brasileira e, inclusive, de órgãos oficiais como o Conselho Nacional de Educação, o que reforça a importância das medidas tomadas pelo CONSUN, que significam, sem dúvida, uma resistência ao ataque à autonomia da PUC-SP que ameaça sua institucionalidade.

O CONSUN, órgão deliberativo supremo da Universidade, cumprirá com legitimidade sua missão de zelar pelas tradições democráticas e pela excelência acadêmica na PUC-SP, respaldando-se na vontade da comunidade “puquiiana”, expressa nas regras estatutárias da Universidade e na mobilização do coletivo que aqui estuda e trabalha para a sociedade brasileira.

Este texto foi aprovado na reunião do Consun de 24/2/2006



Os professores Maria Teresa Sério (à esq.) e Carlos Matheus na assembléia conjunta com os funcionários

MOBILIZAÇÃO

Professores e funcionários aprovam assembléia dos três segmentos

Assembléia conjunta de professores e funcionários realizada na segunda-feira, 20/2, deliberou, entre outras medidas, a construção de uma assembléia que una os três segmentos da universidade, ainda nos primeiros dias do semestre letivo. A proposta levou em conta as arbitrariedades representadas pelas demissões praticadas pela Fundação São Paulo.

O presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, afirmou que as listas de demissões de funcionários, segundo pôde apurar, tiveram sim a interferência da Reitoria. O vice-reitor comunitário garantiu a Anselmo que não haverá mais cortes, e que funcionários com estabilidade serão devidamente indenizados.

Vários departamentos e faculdades protestaram na assembléia contra a situação por que passa a universidade. O departamento de Jornalismo apresentou moção em defesa do professor Jorge Rafael Renard, um dos afetados pelas demissões da lista de sexta-feira, 17/2 (veja o texto nesta edição). A Faculdade de Serviço Social leu

seu manifesto (também reproduzido nesta edição) e informou que não participará de nenhuma substituição dos professores demitidos de seu quadro.

Polêmica

Um dos temas mais polêmicos discutidos na assembléia foi a proposta de que entrasse em pauta, nas próximas assembléias, um indicativo de greve. A professora Ana Bock, da Faculdade de Psicologia, mostrou sua preocupação com uma possível greve, dizendo que gos-

taria de recepcionar os alunos de sua unidade. Já o professor Lúcio Flávio Rodrigues, contrapondo-se a esta fala, recusou a pecha de vanguardista dada pela professora, argumentando que vanguardista, na verdade, foi a Reitoria, que se despregou de suas bases e tomou medidas arbitrarias.

Ao final das falas, a maioria dos presentes optou pela realização de assembléias setoriais para que se aprofunde a discussão sobre o indicativo de greve, já nos próximos dias.

As propostas aprovadas por professores e funcionários

1. Assembléia conjunta dos três segmentos, em data a ser designada;
2. Discussão do indicativo de greve em assembléias setoriais;
3. Comissão jurídica para apresentar petição contra a intervenção e as demissões;
4. Abaixo-assinado dirigido a personalidades da sociedade, para que se posicionem sobre a crise da PUC-SP;
5. Conjunto de ações direcionadas ao cardeal dom Cláudio Hummes e busca do posicionamento de ex-

reitores da universidade;

6. Moção exigindo que a Reitoria se posicione contra a intervenção e as demissões, dirigida também ao Conselho Universitário, para que também negue as demissões;

7. Indicar para a assembléia conjunta a formação de uma comissão de coordenação do movimento;

8. Que nenhum professor assuma qualquer aula em substituição dos professores demitidos, e que não sejam contratados para isso novos docentes.

Assembléia de professores e funcionários divulga moção

A assembléia unificada de professores e funcionários, realizada em 20/2, avaliou a gravidade da intervenção da Fundação São Paulo e das demissões em massa de professores e funcionários. Considerou a responsabilidade administrativa, política e acadêmica da Reitoria eleita pela comunidade.

A Fundação São Paulo, ao retirar da reitora o comando da PUC, violou a autonomia e democracia universitárias. Entendemos que a intervenção veio para ficar, caso não lutemos contra ela. E que as demissões em massa foram apenas um passo para se chegar a outras medidas no futuro próximo. A truculência contra o trabalho e o ensino

abriu caminho para a Fundação justificar a sua permanência no comando da administração e para manter o afastamento da Reitoria de suas funções.

Diante disso, a assembléia vem reivindicar um posicionamento da reitora contra a intervenção da Fundação São Paulo e contra as demissões efetuadas pelos interventores. O pronunciamento dos conselheiros contra a intervenção e as demissões tem importância para a rejeição ao curso que foi dado pela Fundação à crise.

Assembléia unificada de professores e funcionários - 22 de fevereiro de 2006

Assembléia dos professores

6/3

segunda-feira

Local e horário a confirmar

✓ **indicativo de greve**

A solidariedade do Sindicato dos Professores de São Paulo

O Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP) vem acompanhando com extrema preocupação os desdobramentos da crise financeira que afeta a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nos últimos dias, depois de anunciada a intervenção da Fundação São Paulo nas atividades administrativas internas da universidade, esperava-se que prevalecesse o bom senso de seus mantenedores na busca por soluções que preservassem a qualidade do ensino e da pesquisa que a PUC-SP reconhecidamente tem, num panorama geral em que a mercantilização do ensino afeta todas as instituições e que transforma a escola superior brasileira em mero jogo de interesses econômicos.

No entanto, na 6ª. Feira, dia 17 de fevereiro, toda a sociedade, e em especial a comunidade acadêmica da PUC-SP, foi informada sobre a demissão de 211 professores, número que se acrescenta àquele de demitidos ao final de 2005. No total, as atividades letivas da universidade podem começar com um corte que chega a 472 docentes, fato que, sem sombra de dúvidas, afeta todas as rotinas de uma instituição de ensino.

Tendo em vista esse quadro, o SINPRO-SP, em primeiro lugar, manifesta sua plena solidariedade aos colegas da PUC-SP, em especial àqueles que foram atingidos por medidas que, ao que tudo indica, estão sendo ditadas por uma lógica discricionária que ignorou seu mérito profissional. Em segundo lugar, o Sindicato adverte os dirigentes da universidade e seus mantenedores para as dramáticas conseqüências dessa postura, já que as demissões atingem o patrimônio intelectual que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo construiu ao longo de toda a sua existência, com sérios prejuízos não só para seus estudantes, mas para toda a sociedade brasileira.

O SINPRO-SP repudia a filosofia que está orientando as medidas de saneamento financeiro da PUC-SP, conclama os professores à mobilização, exige a imediata revisão das demissões e o estabelecimento de conversações que busquem, democraticamente, soluções que preservem a própria universidade.

Sindicato dos Professores de São Paulo

Manifesto da Faculdade de Serviço Social

O Serviço Social da PUC/SP completa, em 2006, 70 anos de existência. A data suscita balanços e, principalmente, comemorações, como todo aniversário. No entanto, os acontecimentos vividos recentemente pela comunidade universitária da PUC/SP transformaram radicalmente o sentido deste ano que deveria ser de comemorações. A crise da PUC/SP não é nova, a comunidade universitária e a opinião pública tinham ciência dessa crise há muito tempo. Nos últimos anos, essa crise foi acentuada e tornou-se aguda. Vários elementos jogam um peso diferenciado no interior dessa crise: a heterogeneidade de concepções ideológicas no interior de nossa comunidade universitária, o avanço do neoliberalismo, a crise do ensino superior, a diversidade, também ideológica, de soluções propostas para garantir a sustentabilidade de nossa Universidade, entre outros. No entanto, a consciência, os impasses, os embates e os dilemas de nossa diversidade e dos desafios postos pela realidade não impediram que, nos últimos trinta anos, a comunidade da PUC/SP construísse um projeto comunitário, autônomo e democrático de universidade.

Hoje, a área de Serviço Social da PUC/SP (seu quadro docente na graduação e no pós-graduação e seu corpo discente) está estarrecida com o caminho adotado pela gestão executiva da Universidade para enfrentar a crise e cumprir seus compromissos financeiros junto aos bancos. Nas últimas semanas, professores, funcionários e alunos foram surpreendidos com medidas que afetam em cheio os fundamentos do nosso projeto comunitário de Universidade. Medidas que rompem com nossas estruturas democráticas, com a legalidade institucional e com as bases de nossa excelência acadêmica, histórica e coletivamente construídas.

A opção pelas demissões para enfrentar a crise financeira colocará a PUC/SP na vala comum de uma grande parcela de universidades privadas que não têm nenhum compromisso público e social. A interdição dos canais democráticos, consolidada pela intervenção da Fundação São Paulo, afeta nossa democracia e autonomia e impede que a comunidade encontre soluções negociadas para responder à crise e zelar pela excelência acadêmica e pelo caráter público da PUC/SP.

As listas de demissões (funcionários e professores) tornam-se públicas num contexto emoldurado pelo terror, pela desinforma-

ção, pela ausência de diálogo e pela falta de transparência quanto aos critérios. Listas não oficializadas, nas quais nomes são ora incluídos, ora excluídos, geram telegramas esperados que não chegam e inesperados que chegam. A Reitora eleita não assume as demissões e afirma desconhecer as listas que estariam sendo elaboradas pela interventora. Fala-se de compromissos assumidos com as instituições financeiras, através de empréstimo avalizado pela Fundação São Paulo, cujas exigências contratuais a comunidade desconhece. Fala-se em combinação de critérios: idade, currículo lattes e salário.

Apesar do ineditismo dessa situação, a área de Serviço Social, em parceria com os segmentos democráticos de nossa Universidade - como sempre fez ao longo de sua história e da história da PUC/SP, que ajudou a construir - não tem se furtado a pensar e a construir alternativas para responder às exigências dessa grave crise enfrentada por nossa Universidade. As dificuldades são muitas e as respostas não atingiram as metas esperadas. O problema é que não sabemos quais são de fato essas metas e para onde elas nos levarão.

Se tomarmos o critério financeiro, e a particularidade de nosso curso como exemplo, podemos dizer que a área de Serviço Social respondeu propositivamente às exigências de redução de custos da folha de pagamento: com a saída de dois professores que aderiram ao PDV, os contratos foram preenchidos em consonância com as medidas emergenciais aprovadas pelo Consun. Os professores não se furtaram a assumir, em caráter emergencial, o aumento da carga de trabalho com a manutenção dos mesmos salários. No caso específico dos professores da graduação, assumimos coletivamente a redução de cinco horas no contrato de cada professor com a manutenção da mesma carga de trabalho. Diante da possibilidade de demissões que afetariam a qualidade do curso de graduação do Serviço Social, mais uma vez os professores se dispuseram a socializar as perdas para garantir a manutenção do seu quadro docente. Não foi suficiente: hoje temos cinco professores demitidos no Serviço Social - quatro professoras da pós-graduação e uma da graduação, além de todas as demissões no conjunto

continua na página seguinte

do quadro administrativo e acadêmico da Universidade.

Dizem que o critério não é só financeiro, idade e currículo também foram considerados. No caso do Serviço Social temos dois grandes problemas: os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP e os 70 anos de algumas professoras de nosso quadro docente tornaram-se fatores de vulnerabilidade.

É preciso que se diga que a história desses 70 anos revela a falácia e a injustiça desses critérios: da idade e do currículo. O balanço desses anos não cabe nesse documento. São 70 anos de protagonismo na luta pela democratização da PUC/SP e da sociedade brasileira, pela qualidade e ampliação das políticas sociais, pelo ensino de qualidade e comprometido com as lutas pelos direitos sociais, de cidadania e humanos. São 70 anos formando quadros profissionais qualificados e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Setenta anos de uma Faculdade que expressam a importância de sua história bem vivida: o Serviço Social da PUC/SP é referência no Brasil, na América Latina e em Portugal; seu programa de estudos pós-graduados é o único de nossa Universidade com a melhor nota na avaliação da CAPES e do conjunto de programas da área de Serviço Social no Brasil; seu projeto de formação profissional serviu de base para as diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social e é hoje parâmetro de avaliação do Ministério da Educação.

A importância da área de Serviço Social da PUC/SP, e dos 70 anos de seu curso de graduação, é resultado de muitos anos de vida dedicados pelos seus professores, alguns dos quais dedicaram mais de trinta de seus 70 anos ao Serviço Social, à PUC/SP e à sociedade brasileira. A lista de professores demitidos da área de Serviço Social, e de outras áreas, revela a

crueldade da opção feita pela gestão executiva da Universidade para enfrentar a crise e desmente a preocupação anunciada com a qualidade acadêmica.

A área de Serviço Social da PUC/SP, no auge de seus 70 anos, não se furtará a lutar pelo restabelecimento da democracia e da autonomia universitárias. Não se furtará a denunciar a perversidade do caminho escolhido para enfrentar a crise, tampouco se furtará a desdobrar esforços para manter sua excelência acadêmica e a lutar para que seus professores sejam respeitados por sua história, pelos anos que contribuíram na história da PUC/SP, por sua produção acadêmica e por sua idade.

O Serviço Social da PUC/SP, no auge dos seus 70 anos, não se furtará a lutar por nossa Universidade e pelo conjunto de seus professores, funcionários e alunos. Não se furtará a resistir e a contribuir com a construção de respostas alternativas para enfrentar a crise que não sejam as demissões.

A área de Serviço Social da PUC/SP avalia que as demissões das Professoras Dilséa Adeodatta Bonetti, Maria Lucia Carvalho da Silva, Myrian Veras Baptista, Ada Pellegrini Lemos e Marília da Silva Pardini colocam em risco a excelência acadêmica de nosso curso, assim como a demissão de professores de outras áreas e de funcionários afeta o projeto de universidade construído pela comunidade da PUC/SP.

Por tudo isso, os professores e os alunos do Serviço Social repudiam a via das demissões. Os professores do Serviço Social (graduação e pós) se recusam a assumir qualquer atividade ou disciplina dos professores demitidos, se recusam a aceitar qualquer forma de substituição desses professores e reivindicam que a comunidade universitária participe da construção de respostas negociadas para enfrentar a crise.

Faculdade de Serviço Social

Apoio do CRESS-SP à luta dos funcionários, professores e alunos da PUC/SP contra as demissões

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SP) vem manifestar-se sobre a crise financeira vivida pela Pontifícia Universidade Católica, PUC de São Paulo, que vem atingindo duramente a comunidade acadêmica e em especial a Faculdade de Serviço Social.

Entendemos que é preciso preservar o caráter comunitário e democrático da PUC/SP que sempre balizou uma postura progressista, no que se refere tanto à produção acadêmica de conhecimento, como às posições assumidas frente à sociedade brasileira. Podemos citar a resistência à ditadura militar, defendendo professores(as) perseguidos(as) pelo regime, a luta pelas Diretas e, recentemente, a luta por justiça no caso dos assassinos contra moradores em situação de rua.

Vale ressaltar que a crise financeira não pode tornar-se crise acadêmica, ou seja, a solução dos problemas financeiros da PUC/SP não pode comprometer o projeto pedagógico das faculdades. Por isso viemos a público denunciar que a redução dos salários, o corte dos direitos e a demissão de professores(as) irá prejudicar gravemente a qualidade do ensino e a formação de nossos estudantes.

Os profissionais de Serviço Social que compõem a faculdade contribuem de forma efetiva para o fortalecimento do projeto ético-político dos assistentes sociais do Brasil. A PUC/SP é reconhecida por estar entre as melhores faculdades de Serviço Social do país, mérito esse devido ao empenho e à competência do corpo docente desta faculdade.

A Reitoria, ao anunciar o corte de alguns de seus profissi-

onais do quadro de professores(as), vai na contramão da sua própria história. Ao submeter a direção da Universidade às vontades dos credores, compromete a produção acadêmica. Assim, perdem a comunidade universitária e a democracia, pois o diálogo e a negociação também marcaram as relações internas desta universidade. Perde principalmente a sociedade brasileira, pois reafirma um modelo de ensino superior que privilegia o lucro, e não a formação profissional comprometida em prestar serviço à sociedade.

Reafirmamos nossa solidariedade particularmente às(aos) professoras(es) da Faculdade de Serviço Social estendendo a todos os trabalhadores e alunos da PUC/SP.

Este conselho preocupa-se com todas as instituições de ensino superior no país que assumem a lógica mercantil, em detrimento da educação de qualidade, democrática e com compromisso social.

Chamamos também os profissionais de outras instituições que estão vendo seus direitos serem desrespeitados, a favor da lógica do capital e do lucro, para engajarem-se nesta luta, em oposição a medidas deste tipo.

Em contraposição à lógica da mercantilização da educação no Brasil, é preciso reacender a luta em defesa do caráter público, democrático e laico do ensino.

*São Paulo, 17 de Fevereiro de 2006.
Conselho Regional de Serviço Social
CRESS 9ª Região/SP*

Núcleo de pesquisas sobre crianças e adolescentes dirige carta ao Cardeal

Acreditamos que Vossa Eminência, pelas funções que exerce decorrentes da missão que abraçou como sacerdote e do ministério pastoral que ocupa hoje na Igreja Católica, em São Paulo, tenha profundo conhecimento da condição de indignidade social em que vivem milhões de brasileiros, em especial os mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, e não discordaria de que tal condição tem como determinante a injusta distribuição de renda deste país. Da mesma maneira, cremos que respeita e valoriza os movimentos sociais e o trabalho social que busca transformações nessa realidade, assim como esperamos, ainda, acreditar que respeita e valoriza a pesquisa, a construção de conhecimentos, com vistas ao avanço social da humanidade.

Por estes e tantos outros aspectos que seria desnecessário enumerar aqui, podemos dizer que a destruição imposta pelos donos do capital e, nos parece, acatada pela Arquidiocese de São Paulo, que cortou cabeças de maneira generalizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, de maneira particular, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social, nos deixa ainda mais perplexos e indignados.

Imaginamos que talvez Vossa Eminência, infelizmente, não conheça a Dra. Myrian Veras Baptista, Dra. Dilséa Adeodata Bonetti, Dra. Maria Lúcia Carvalho... e tantos outros respeitáveis, respeitados e éticos profissionais, de diversos programas da universidade, historicamente comprometidos por inteiro com o projeto que, ao menos até então, a PUC cultivava em prol da justiça social. Comprometidos com estudos, pesquisas e intervenções junto à criança e adolescente em risco social, junto a famílias, junto aos movimentos sociais, enfim, produzindo conhecimentos e ações com vistas a essa justiça social.

Experiência, conhecimento acumulado e compartilhado, engajamento integral com projetos coletivos, há tantos anos – mais do que muitos jovens contaminados pelo individualismo que grassa no mundo contemporâneo –, produção, abertura de espaços para novas possibilidades, para novas adesões, para o avanço da ciência em direção à conquista, garantia e consolidação de direitos sociais, parecem não ter sido critérios considerados na ação avassaladora tomada pelos mantenedores da PUC-SP.

Seria possível, no entanto, critérios para cortes “necessários e inevitáveis”, conforme divulgado, levando em conta ética e respeito a trajetórias belíssimas e intensas, a sentimentos, a lutas, a amor pelo trabalho de qualidade, eficiente e eficaz?

Sabemos que generalizar atitudes em relação a seres humanos a partir de critérios financeiros objetivos, possivelmente satisfaz a fatia do mercado especulativo, descomprometido e contrário à educação de qualidade e ao avanço dos direitos sociais. Todavia, com absoluta certeza, não impede a resistência e não imobiliza os que crêem e fazem o movimento da história, norteados por valores como democracia e justiça social.

Por tudo isso e muito mais, Eminência, solicitamos e queremos crer que as arbitrariedades e injustiças praticadas pela Fundação São Paulo contra tantos trabalhadores dignos que fizeram e fazem da qualidade do trabalho da PUC-SP sua bandeira de vida, sejam imediatamente revistas.

Assinam esta alunos, companheiros de luta e de trabalho, ex-alunos, professores, lutadores, enfim, cidadãos que crêem que a justiça social só é possível quando se principia a praticá-la dentro da própria casa.

NECA – Assoc. de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente

O repúdio da ABEPSS

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ao tomar conhecimento das demissões coletivas e sumárias de docentes e servidores da PUC, vem expressar seu repúdio a esta medida que compromete o papel histórico desempenhado por essa instituição no ensino superior brasileiro e, particularmente, na área do Serviço Social, cujo protagonismo docente marcou muitas gerações de Assistentes Sociais no país, na América Latina e Europa Ocidental.

Conclamamos os quadros dirigentes da PUC a se reposicionarem, abraçando outros mecanismos, mais democráticos e compatíveis com a autonomia acadêmica que sempre orientou essa Universidade, de modo a reverter as demissões, abrindo novas alternativas de negociação que levem ao saneamento da crise por que passa esta instituição, sem punir docentes e funcionários que sempre desempenharam com competência e compromisso as suas atividades acadêmicas e técnicas.

Os profissionais que compõem os quadros docentes da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social na PUC,

tiveram e têm um papel fundamental no fortalecimento da Profissão e, de forma incontestada, participaram da formação acadêmica de inúmeros quadros docentes das Universidades Públicas e Privadas no Brasil. Sem respeitar o papel histórico desses professores e as expressões públicas de boa vontade por eles demonstrada no processo de enfrentamento da crise financeira dessa instituição, a PUC cede às exigências do mercado financeiro e do conservadorismo político-administrativo, renunciando aos princípios éticos que sempre pautaram a sua atuação na sociedade brasileira. Assim, todos os que compõem a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social reafirmam a defesa da autonomia dessa Universidade e conclamam essa Reitoria a reverter as demissões, retomando a direção social que sempre marcou a sua trajetória na vida intelectual e política brasileira.

*Recife-PE, 20 de Fevereiro de 2006.
Ana Elizabete Mota -Presidente da ABEPSS*

Contra as demissões

Nós, professores da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, vimos, por meio deste, manifestar nosso repúdio às demissões em massa de professores desta Instituição e, em particular, desta Faculdade:

– pelo que essa medida representa de desrespeito a professores que dedicaram sua vida profissional à construção de uma Universidade que conquistou o respeito da sociedade brasileira, seja pela qualidade de seu ensino e de sua pesquisa, seja pelo seu papel no cenário político brasileiro, marcado pela resistência a posições autoritárias, a medidas de exceção;

– pelo que essa medida representa de desrespeito à autonomia da Universidade e aos procedimentos democráticos que têm sido uma marca de sua história, ela própria, agora, atingida por posições autoritárias e por medidas de exceção;

– pelo que essa medida significa para a qualidade do ensino e da pesquisa aqui praticados.

No momento em que os órgãos colegiados, num esforço coletivo, reorganizaram as atividades dos diferentes setores e das diferentes áreas da Universidade, buscando contribuir para sua viabilização financeira, a Fundação São Paulo lança uma lista de demissões sem qualquer consideração às instâncias deliberativas da Instituição.

No caso específico da Faculdade de Psicologia, foram atingidos professores que ajudaram a construir a sua história, professores atuantes, seja na Graduação, seja na Pós-Graduação, que contribuem para a formação de profissionais e pesquisadores na área e para a procura

que o curso tem entre estudantes de todo o país. São professores que, ao longo de sua história na PUC-SP, participaram da criação de programas de pós-graduação e de cursos de especialização, da coordenação de programas de pós-graduação, da direção da Faculdade, da chefia de departamentos. São figuras de destaque em âmbito nacional e internacional, que participam da direção de entidades científicas nacionais e internacionais; são consultores científicos de órgãos estaduais e nacionais de fomento à pesquisa e de avaliação de ensino e pesquisa. E aonde atuam, levam o nome da PUC-SP, a que são filiados.

Diante do exposto, nós, professores da Faculdade, consideramos que as demissões anunciadas trazem prejuízo para a formação de nossos alunos, para a consecução das atividades acadêmicas e científicas que aqui se desenvolvem, para a continuidade das relações com as instituições sociais nas quais se dão as práticas de ensino e serviço coordenadas por esses professores, sem falar do prejuízo para a convivência democrática que esta Instituição tem buscado defender com obstinação. Assim, reivindicamos à Reitora desta Universidade, que diga não à intervenção da Fundação São Paulo e às demissões por ela anunciadas, para que a comunidade universitária, através dos órgãos internos de deliberação, reassuma a busca de soluções para os graves problemas que a Universidade enfrenta.

21 de fevereiro de 2006

Professores da Faculdade de Psicologia da PUC/SP

Solidariedade da Faculdade Mauá

O Curso de Serviço Social da Faculdade Mauá vem manifestar sua indignação e repúdio pelas demissões sumárias dos funcionários da PUC/SP.

A trajetória histórica de luta pela defesa dos direitos humanos, pelo processo democrático e pelo compromisso com a autonomia acadêmica sempre esteve na centralidade dessa Universidade.

É relevante salientar que essa Universidade vem formando profissionais comprometidos com a mudança social e para o enfrentamento das contradições do sistema capitalista.

Somente uma educação comprometida com a vida e com um projeto societário da qual os seres humanos são os maiores patrimônios é que consegue construir respostas em conjunto com a população envolvida.

Uma educação problematizadora constrói com os sujeitos que dela participam alternativas e não impõe saídas rápidas e desrespeitosas daqueles trabalhadores que, muito mais que o cumprimento formal do contrato trabalhista, se dedicaram de forma comprometida com a docência, com a pesquisa e com a criação de novos espaços acadêmicos que pudessem irradiar o pensamento crítico para que as intervenções contribuíssem para a construção de uma nova sociabilidade, diferente da que está colocada na sociedade capitalista.

Desde a criação do curso de Serviço Social da Faculdade Mauá no ano de 2002, a PUC/SP, através do

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social e outros tão importantes programas dessa Universidade, vem colaborando para a formação dos docentes e discentes, visto que todos os assistentes sociais professores são formados pela PUC/SP, bem como parte, dos demais professores que pertencem ao corpo docente.

Os discentes sempre verbalizam a contribuição das semanas acadêmicas uma vez que a PUC/SP sempre está presente. E aqui destacamos as professoras Dras. Dilsea Adeodata Bonetti, Maria Lúcia Carvalho e Myriam Veras Baptista, Ada Pellegrini e Marília Pardini que sempre contribuíram para a densa formação dos discentes do ABC-Paulista. Portanto, não se trata deste ou daquele professor, mas sim do conjunto de trabalhadores que foram afetados de maneira desrespeitosa e desumana.

A PUC/SP não é uma empresa, sempre ouvimos falar e presenciamos em suas práticas que a Universidade é comunitária, e, por conta desse diferencial, vimos requerer a revisão das demissões a fim de assegurarmos aquilo que a PUC/SP construiu historicamente, a liberdade de expressão, a construção coletiva e a opção por uma educação que não fere o processo democrático, que não é intolerante e que não desrespeita a história.

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini
Coordenadora do Curso de Serviço Social

Moção de Repúdio à demissão do professor Jorge Rafael Renard, do departamento de Jornalismo

O Departamento de Jornalismo vem à público repudiar veementemente a demissão do professor Jorge Rafael Renard, que é professor do curso de Jornalismo há mais de 20 anos e que ao longo deste tempo exerceu seu trabalho de educador de forma primorosa e exemplar e que, além disso, representa uma referência intelectual e moral inigualável no Depto. de Jornalismo, além de ser querido e respeitado pelos alunos ao longo de anos.

Temos a firma convicção de que o professor Jorge Rafael, carinhosamente chamado de Pepe, foi alvejado não por seus defeitos, mas por suas qualidades, já que ousou lutar por seus direitos dentro da PUC.

Temos também a convicção de que o caso do professor Jorge Rafael é exemplo vivo de demissão inspirada por perseguição, vingança ou acerto de contas, o que vem acrescentar só mais um exemplo às injustiças inomináveis que a sanha demissionária da Universidade vem perpetrando.

Exigimos à imediata reintegração do professor Jorge Rafael Renard aos quadros de Departamento de Jornalismo.

*Departamento de Jornalismo, PUC/SP
Centro Acadêmico Benevides Paixão*

Comissão dos Estudantes de Espanhol

A seguir divulgamos os professores de Espanhol que, em todo o Brasil, hipotecaram sua solidariedade aos professores e funcionários demitidos da PUC-SP:

Alai Garcia Diniz (Universidade Federal de Santa Catarina); *APEESP* (Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo); *Prof. Dr. Mario M. González*

Professor Titular de Literatura Espanhola Chefe do Departamento de Letras Modernas - Universidade de São Paulo; *Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul*

Coordenador do PPG em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana - FFLCH - USP; *ABH* (Associação Brasileira de Hispanistas); *Neide Maia González*

DLM - FFLCH - USP; *Helena Dias* - Rio de Janeiro; *Profa. Ms. Nidia Puig Vacare Tezine*

Espaço de Espanha - São José do Rio Preto; *Suely Catharino* Presidente de AMPLE; *Rhine Landos Martínez André* Departamento de Letras - Universidade Federal do Mato Grosso); *Lic. Victoria Tarelli* Coordenadora de Projetos de Idiomas Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais Universidad Nacional de Misiones - Argentina; *Silvina Carrizo* (Prof. Adjunta Departamento de Letras Estrangeiras Modernas Espanhol e suas Literaturas) Universidade Federal de Juiz de Fora; *Fernando Gonçalves Sousa* - Ex-Aluno.

ADFATEC

Esta associação vem se solidarizar com os colegas da PUC. A situação mercantilista muitas vezes acompanhada de má administração tem se alastrado. Muitas instituições de ensino superior privadas tem feito, mais e mais, contratações através de cooperativas, deixando o docente por sua conta e risco, além da incerteza se terá trabalho ou não a cada semestre. Torna-o um TAXI-TEACHER, completamente desrespeitado. Será este o caminho que a mantenedora quer da PUC?

Associação dos Profs. das Faculdades Oswaldo Cruz

A Diretoria e Associados da APROFOC, por seu Presidente subscritor, vêm pela presente manifestar seu mais amplo e irrestrito apoio à vossa entidade.

Sem sombra de dúvida, a Fundação São Paulo está agindo de forma violenta e pouco comprometida com a excelência que sempre foi tônica da PUC/SP.

A intervenção, que se inicia com as arbitrarias dispensas de professores e funcionários, é uma violência contra a tradição da PUC/SP e todos aqueles que por ela têm apreço.

Assim sendo, reiteramos nossa solidariedade e colocamos-nos à disposição para ajudar no que for possível

Marcus Vinicius L. R. Gonçalves
Presidente da APROFOC

Associação dos Docentes da Unimep

Estamos acompanhando perplexos os problemas que vêm sofrendo.

Realizaremos, na próxima quarta-feira, Assembléia Geral dos Docentes da UNIMEP, ocasião em que votaremos moção de apóio aos companheiros e companheiras professores da PUC e de repúdio à maneira como o processo vem se desenrolando.

Deveremos ser fortes e gostaríamos de colocar a ADUNIMEP à disposição da APROPUC para o que entender necessário.

Apenas para entender melhor, gostaríamos de saber se as demissões anunciadas se concretizaram pois entendemos que a essa altura do semestre letivo, demissões de docentes implicam no pagamento da semestralidade, não ?

José Alberto F. Rodrigues Filho
ADUNIMEP - Presidente

O Apoio dos professores argentinos

La Asociación Gremial de Docentes de la UNICEN hace llegar su apoyo a la lucha que llevan adelante contra los despidos de profesores de la PUCSP que atropellan los derechos más elementales de los trabajadores. Para quienes conocemos la trayectoria de esa prestigiosa universidad, no podemos permitir el autoritarismo con que se intenta imponerse la expulsión profesores con reconocimiento internacional. Desde Argentina nos solidarizamos y les hacemos llegar un lema de las Madres de Plaza Mayo:

"La única lucha que se pierde es la que se abandona"

Dra. Andrea Oliva Secretaria de Prensa ADUNCE

O apoio de Sergipe

Caros colegas! É com grande atenção que venho acompanhando o desenrolar da crise na PUC. Por ter sido aluno dessa universidade, sei dos seus compromissos com a sociedade brasileira. A PUC, uma Universidade de histórica importância cultural, política e científica não pode ser tragada pela lógica irresponsável no mercado financeiro. O destino da PUC como Universidade séria, voltada para os problemas do país está intimamente ligada aos destinos das Universidades públicas, portanto deve ser encarado como preocupação por aqueles que defendem um ensino de qualidade, preocupado como a realidade desse sofrido Brasil. É com total confiança na luta de professores, funcionários e estudantes da PUC que me solidarizo e hipoteco total apoio a comunidade da nossa Universidade. De minha parte conversarei com a associação dos professores da universidade que trabalho, que aliás vem acompanhando esse momento difícil por que passa esta instituição, como também conversarei com professores que se formaram nesta universidade para discutir formas de solidariedade concreta a PUC. Abraços.

Fábio Maza - professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

Reflexões sobre a situação da universidade

Hudson França

Incoerência

As vítimas da situação difícil por que passa a PUC – funcionários e professores – são punidas com demissão; os causadores desta situação – o corpo administrativo da universidade – continuam na mesma.

Critérios e falta de critérios

A PUC demitiu professores e funcionários. É um direito. Entretanto, o critério não foi aceito pela comunidade. Um critério válido para esta demissão seria

baseado em dois parâmetros: competência e dedicação.

Não foi o que se viu.

Trocaram simplesmente, qualidade por dinheiro.

A troca teve o aval do grão-chanceler e complacência da Reitoria da Pontifícia Universidade.

Isto já aconteceu anteriormente.

Há 20 séculos, um membro da igreja incipiente, ainda em formação, com um beijo na face, também, trocou qualidade por 30 dinheiros.

Critérios

Aposentar um professor por idade é usar, simplesmente, o critério de enrugamento da pele quando deveria ser o enrugamento do cérebro.

Há professores idosos, de pele gasta, mas com cérebro perfeito, lúcido e produtivo; por outro lado, há professores de pele impecável, lisa, mas com o cérebro totalmente encarquilhado ou deformado por interesses pessoais e corporativistas.

Hudson França é professor da Faculdade de Medicina

O saber não se vende, se constrói

Carlos Matheus

Desde quando a Humanidade descobriu que o saber transforma o ser humano em construtor de si mesmo, todas as tentativas de transformá-lo em mercadoria ficaram no lixo da História. Foi esta a denúncia de Sócrates. Mostrou à posteridade que o saber constrói as pessoas e que os sofistas não eram sábios: eram simples comerciantes do saber.

O mesmo ocorre em certas Universidades que colocam o lucro acima do conhecimento. Uma das raras exceções era a PUC-SP, onde o valor do saber estava acima do lucro. Esta recente intervenção instaura a prioridade do lucro sobre o saber e coloca a PUC-SP na tradição dos sofistas. Era uma universidade que investia na excelência acadêmica através da quali-

ficção progressiva do professor. Passa agora a oferecer cursos improvisados a menor preço. Como na denúncia de Noam Chomsky, põe “o lucro acima das pessoas”.

Um exemplo disto está na troca dos programas de cursos dos professores pela simples oferta da disciplina, como mercadoria. Durante anos, os professores ofereceram, no final de cada ano, um programa de estudos para sua disciplina no semestre seguinte, como fruto da evolução de sua pesquisa. Agora, às vésperas de iniciar a condução do programa oferecido, o professor é demitido e se atribui a qualquer outro a condução da disciplina.

Na PUC-SP, os alunos sempre se inscreveram *no programa oferecido* e não apenas na disciplina. Retirando de última hora o professor, a PUC-SP agora retira do alu-

no o programa que escolheu e lhe entrega outro produto, como se o saber construído pelo professor, ao elaborar o programa, pudesse ser trocado por qualquer outro.

Há nisto uma fraude: toma-se o estudo universitário como mercadoria e não como algo que se constrói. No programa de curso elaborado pelo professor e escolhido pelo aluno, há uma adesão mútua a uma proposta que dê continuidade à evolução intelectual de ambos. Esta fraude coloca a PUC-SP no mesmo trilho dos antigos sofistas.

O saber não se vende. É construção.

Carlos Matheus é professor do Departamento de Filosofia



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Rola na rampa



Rua da Consolação bloqueada pela manifestação da comunidade da Marquês

Marquês pára contra demissões

Estudantes e professores do câmpus Marquês de Paranaguá paralisaram suas atividades na noite de 23/2, e fizeram uma passeata que bloqueou o trânsito na Rua da Consolação por cerca de 20 minutos. Os manifestantes protestavam contra as demissões ocorridas naquele câmpus, especialmente no curso de Tecnologia e Mídias Digitais, que teve seu quadro de professores drasticamente reduzido, ao ponto de algumas disciplinas, como a de Design Digital, não disporem de nenhum professor em sala de aula. Depois da passeata nos arredores do câmpus, professores e estudantes voltaram ao prédio da Marquês, onde fizeram um painel chamando outros docentes e estudantes a engrossarem a manifestação. O movimento pretende juntar suas forças nos próximos dias à dos professores, funcionários e estudantes do câmpus Monte Alegre.

Conlutas também condena bancos e Igreja

Outra moção de apoio à comunidade puquiã neste momento de crise veio da central sindical Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). O texto coloca-se contra os ataques da Fundação São Paulo e da Reitoria, lembrando que, antes da intervenção, já vinham ocorrendo demissões em massa na PUC-SP. "Querem resol-

ver a crise financeira da universidade com demissões e cortes nos recursos. [...] Repudiamos essas demissões e qualquer tipo de ataque aos trabalhadores e estudantes da universidade. A Conlutas apóia a mobilização dos trabalhadores e estudantes, exige a readmissão dos demitidos e o fim dos ataques", assinala o documento.

CNE defende autonomia da PUC-SP

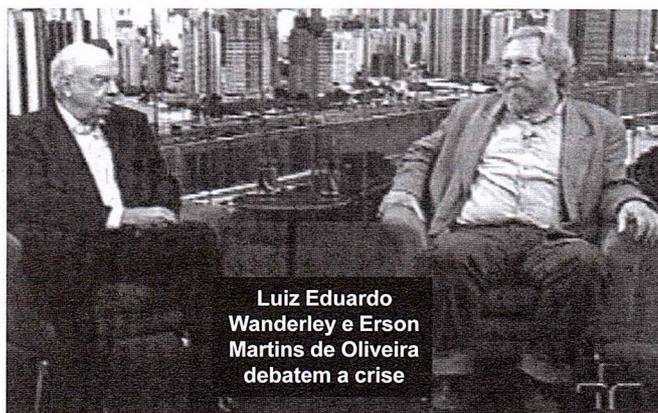
Membros do Conselho Nacional da Educação (CNE), uma das mais importantes extensões do Ministério da Educação, divulgaram na semana passada um comunicado manifestando "preocupação com os recentes acontecimentos que atingem a PUC-SP" e defendendo a "preservação da autonomia universitária da instituição e

do conseqüente respeito às decisões dos seus órgãos colegiados". A nota considera "fundamental a manutenção das condições de ensino, pesquisa e extensão" da universidade. O documento é assinado pelo presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, cujo vice-presidente é o ex-reitor da PUC-SP Antonio Carlos Ronca.

APROPUC reúne-se com professores demitidos

A APROPUC e o advogado do Sindicato dos Professores (Sinpro-SP) reuniram-se na quarta-feira, 22/2, com docentes que foram demitidos da PUC, para es-

tudar uma proposição judicial contestando essas demissões. A entidade deverá realizar novas reuniões com esses docentes nos próximos dias.



Luiz Eduardo Wanderley e Erson Martins de Oliveira debatem a crise

REPRODUÇÃO - REDE PUC

A crise da PUC na TV

Na quinta-feira, 23/2, o programa *Opinião Nacional*, da TV Cultura, foi inteiramente dedicado à discussão sobre a crise da PUC-SP. O professor Erson Martins de Oliveira, diretor da APROPUC, debateu o assunto com o também professor Luiz Eduardo Wanderley, ex-reitor da universidade. Erson historiou a crise e a maneira pela qual a universidade ameaça mergulhar

hoje na mercantilização. Para o professor, a saída para a crise que a universidade enfrenta é a estatização. Já para o professor Wanderley, a crise da PUC não é apenas econômico-financeira, mas também de paradigmas e métodos de ensino, questões que perpassam toda a universidade brasileira. Convidada a participar do programa, a Reitoria não enviou participante.

Em defesa da PUC-SP

A dramática situação vivida pela PUC-SP revela condicionamentos e problemas estruturais que atingem não só a ela como a toda a universidade brasileira. Alguns deles têm sua origem especificamente na trajetória da própria PUC-SP e disto nós – ex-reitores – somos testemunhas, dadas as funções que exercemos na direção da Universidade. Estes problemas se tornaram mais evidentes com os últimos acontecimentos.

1. Medidas urgentes eram exigidas pela Fundação São Paulo e tiveram, no início, o apoio das autoridades universitárias, em seus vários escalões. Visava-se primeiramente solucionar a questão da enorme dívida acumulada junto a dois bancos comerciais. Em um segundo instante, porém, as decisões precipitaram-se, provocando perplexidade e indignação, em especial no grande número de professores e funcionários diretamente atingidos pelo afastamento sumário, em meio a um processo pouco transparente. Os fatos, a esta altura, são do conhecimento público. Suas repercussões, contudo, não podem ser ainda inteiramente avaliadas.

São fatos que desde logo apontam para a necessidade de a Universidade fazer uma análise lúcida e objetiva da situação. Faz-se mister uma análise rigorosa das causas, atores e processos que levaram a tal situação. De tal balanço deve despontar uma agenda positiva de toda a comunidade PUC-SP, com ações saneadoras a curto e médio prazo, sustentadas pela Reitoria e pelos colegiados maiores, legitimamente eleitos para gerir a Instituição no plano acadêmico, administrativo e financeiro.

A crise está longe de ter sido contornada pelas decisões de cunho administrativo tomadas nestes últimos dias. Basta lembrar que a dívida real cresceu, recentemente, em mais 20 milhões, e que breve ela será cobrada pelos bancos. Além disto, a comunidade está traumatizada. Uma solução definitiva não poderá vir de intervenções

externas. Ela só poderá surgir da vontade e da ação conjunta da própria comunidade PUC-SP. Por dolorosos que sejam os fatos, eles apontam para a necessidade urgente de um pacto interno.

2. De imediato, torna-se patente que, no passado, remoto e próximo, nos defrontamos com situações graves que, embora amplamente debatidas pelos gestores, colegiados e setores organizados da PUC-SP, não levaram a medidas que assegurassem a sustentabilidade da universidade. Por vezes se implementaram decisões até duras e sofridas, mas insuficientes. O quadro econômico-financeiro era complexo e foi se agravando ano a ano. No entanto, apesar da insistência das sucessivas direções em apontar para a gravidade da situação, as respostas dadas não foram inteiramente satisfatórias. Cabe, pois, responsabilidade a todos, por diagnósticos imprecisos, medidas protelatórias e, mais de uma vez, por concessões enganosas e corporativismos, tanto das entidades sindicais como das instâncias acadêmicas, que impediram a busca de práticas alternativas de fundo que poderiam ter mudado os rumos da Instituição.

3. De novembro de 2005 para cá, para tentar equacionar a dívida existente, que punha em risco a própria sobrevivência da Universidade, houve um esforço enorme de todos os setores – Reitoria, Conselhos Superiores, Chefias Acadêmicas e Administrativas e um número significativo de professores e funcionários – dentro das normas estatutárias e numa espécie de pacto social interno, para encaminhar uma solução definitiva, mesmo que penosa. Por trás, estava a cobrança cada vez mais enérgica da Fundação São Paulo, expressa nas palavras do Grão Chanceler. Em um segundo momento, porém, anunciou-se que as decisões passavam a ser da secretaria executiva da Fundação São Paulo, com o objetivo de

atingir as metas cobradas pelos bancos, que àquela altura passavam a exigir um corte mensal de quatro milhões na folha de pagamento. O secretariado da Fundação São Paulo chamou a si a tarefa de determinar os cortes, atitude que, a nosso juízo, fere a autonomia universitária e rompe a tradição de um diálogo entre a Fundação e a Reitoria. Utilizando critérios não-acadêmicos e pouco transparentes, segundo uma lógica apenas financeira – anteriormente aplicada em outras IES católicas – fizeram-se cortes que surpreenderam a todos pela sua proporção e ausência de critérios claros. Os efeitos desta estratégia demissionária estão se mostrando nocivos, além de desumanos. Trouxeram desesperança e indignação no corpo docente e entre os funcionários, com reflexos negativos sobre os estudantes. Os prejuízos acadêmicos serão de grande monta.

4. O momento atual exige que a Reitoria tenha sintonia interna, firmeza e compromisso com a qualidade acadêmica, transparência nas informações e vigor na reaglutinação das forças da Universidade.

5. Na qualidade de reitores (as) da PUC-SP em mandatos passados, julgamos ser de nosso dever nos pronunciar publicamente. É preciso que todos nos unamos para garantir o futuro da PUC-SP. O diferencial que configura a nossa identidade puquiense precisa ser retomado e atualizado; a institucionalidade e a sustentabilidade devem ser asseguradas e, em especial, uma agenda positiva deve ser traçada e assumida no presente imediato e no futuro próximo. E, para tanto, a autonomia é indispensável.

6. Neste sentido, num plano mais amplo, sugerimos:

a) Aprofundar e precisar a consolidação de uma universidade pública não-estatal, que objetive a universalidade, a transparência, o controle social, a democratização, a cultura cívica, a sustentabilidade e a participação ativa em todas as esferas.

b) Estabelecer um diálogo permanente das instâncias deliberativas da PUC-SP com o colegiado da Fundação e o Grão Chanceler, por meio de mecanismos e canais adequados.

c) Defender a autonomia acadêmica, econômica, administrativa e política, próprias da natureza de uma verdadeira universidade.

d) Assegurar a manutenção da qualidade da PUC-SP, arduamente conquistada, efetuando as mudanças estruturais internas que se fizerem necessárias.

e) Explicitar e ampliar seu caráter de Universidade Comunitária, vinculando efetivamente a Universidade com a sociedade circundante.

f) Procurar parcerias com instituições universitárias, nacionais e internacionais, públicas ou privadas, ampliando projetos em andamento, inclusive criando ou participando de redes e fóruns.

g) Contribuir com o Estado na formulação de políticas públicas.

A crise que estamos vivendo já provocou fraturas. Não será fácil saná-las sem cicatrizes. Suscitou também questionamentos e expôs falhas, omissões e erros, para os quais devemos encontrar com urgência remédio e respostas à altura. Nos próximos anos, teremos grandes desafios a responder.

Toda crise deve ser encarada como um momento de decisão. Ações de resistência e denúncia vêm se realizando; são importantes, contudo não devem se limitar a um plano da mera reivindicação. O fundamental é que nos unamos na sustentação de uma Universidade com um renovado patamar de excelência, que supere as divisões, rompa com as atitudes de omissão, estimule a criatividade e, sobretudo, faça nascer – como após a invasão de 1977 – a coragem e a vontade política de juntos garantirmos uma PUC-SP voltada para o amanhã.

Os ex-Reitores da PUC-SP

Nadir Gouvêa Kfoury (1976 - 1984)

Luiz Eduardo W. Wanderley (1984 - 1988)

Leila Barbara (1988 - 1992)

Antonio Carlos Caruso Ronca (1993 - 2004)